

Delineando o cenário da privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN): uma perspectiva de interpretação do processo a partir da mobilização dos agentes políticos locais

Raphael Jonathas da Costa Lima *

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo mostrar la dilusión del modelo de estado de la Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) desde el ángulo de la división entre la ciudad de Volta Redonda y la empresa. Por lo tanto, es necesario describir la gestión del ingeniero Roberto Procópio de Lima Netto por delante de la empresa, entre 1990 y 1992, y su influencia en las elecciones del Sindicato Metalúrgicos do Sul Fluminense en 1990, y el Sindicato dos Engenheiros (SENGE) en 1992 con el propósito de socavar las fuentes de resistencia a la privatización. La propuesta es proceder a un análisis que da una mayor importancia a la dimensión local, es decir, uno donde la privatización ha tenido sus efectos más perversos. Además de presentar el debate sobre la privatización con el lanzamiento de sugerencias en cuanto empresa pública, la subasta en la Bolsa de Valores de Rio de Janeiro y la construcción de un nuevo modelo de dependencia de la ciudad por el pago de impuestos, trata de describir las luchas gremiales y populares se produjeron en Volta Redonda y acompañaron la construcción y ejecución del programa de privatización de la empresa.

Palabras clave: privatización; sindicato; siderurgia; Volta Redonda.

RESUMO

O artigo se propõe a mostrar a diluição do modelo estatal da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) sob o ângulo da cisão entre a cidade de Volta Redonda e a empresa. Para isso, é necessário descrever a gestão do engenheiro Roberto Procópio de Lima Netto à frente da companhia, entre os anos de 1990 e 1992, e a sua influência nas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense, em 1990, e do Sindicato dos Engenheiros (SENGE), em 1992, com o propósito de minar fontes de resistência à privatização. A proposta é empreender uma análise que confira maior destaque à dimensão local, isto é, àquela onde a privatização surtiu seus efeitos mais perversos. Além de apresentar o debate sobre a privatização com o lançamento de sugestões como a estadualização da empresa, o leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e a construção de um novo modelo de dependência da cidade através do

*raphaeljonatahs@gmail.com

pagamento de impostos, busca-se descrever os embates sindicais e populares ocorridos em Volta Redonda e que acompanharam a construção e execução do programa de desestatização da empresa.

Keywords: CSN; privatização; sindicato; siderurgia; Volta Redonda.

INTRODUCCIÓN

Este artigo apresenta o processo de privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), iniciado no governo de Fernando Collor de Mello, presidente que governou o Brasil entre 1990 e 1992, e concluído durante o governo de Itamar Franco, em 1993. O propósito é descrever a forma segundo a qual as privatizações, embora discutidas e construídas no universo da Economia Política, envolvem inúmeras disputas, mobilizações e resistências no plano local. Em geral, os debates sobre privatizações concentram-se em apreender as dinâmicas dos agentes estatais (governos federais, ministérios e bancos públicos) e das forças de mercado (empresários, acionistas, bancos privados, etc.), cujas articulações pouquíssimas vezes se dão em arenas locais e territoriais de disputas de poder. O debate sobre a privatização, portanto, gravita muito no âmbito das instituições nacionais e das escolhas que conduzem a um projeto ou outro de desenvolvimento, conforme o peso que se atribua ao Estado e ao mercado.

Como forma de ilustrar o argumento, apresenta-se aqui o caso da CSN, emblemática empresa estatal brasileira que foi incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND) conduzido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Seu leilão ocorreu na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, sem, contudo, evitar inúmeros embates sindicais e populares no município de Volta Redonda, onde a companhia ainda detém seu principal ativo operacional: a Usina Presidente Vargas (UPV).

O artigo se propõe a mostrar a diluição do modelo estatal da companhia sob o ângulo da cisão entre cidade e empresa. Para isso, far-se-á necessário descrever a gestão do engenheiro Roberto Procópio de Lima Netto à frente da companhia, entre os anos

de 1990 e 1992, e a sua influência nas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense, em 1990, e do Sindicato dos Engenheiros (SENGE), em 1992, com o propósito de minar fontes de resistência à privatização. A posterior destituição de Roberto Lima Netto da presidência da companhia, o debate sobre a privatização com o lançamento de sugestões como a estadualização da empresa, o leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e a construção de um novo modelo de dependência através do pagamento de impostos complementam uma análise que parte do ângulo inverso, isto é, do local onde a privatização surtiu seus efeitos mais perversos.¹

2- PADRÕES DE EFICIÊNCIA E A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DA CSN

No final da década de 1980, a CSN encontrava-se em situação falimentar, com o atraso de sete meses de salários dos funcionários e dívida com fornecedores (Light, Petrobrás, Rede Ferroviária etc.) que gradativamente começavam a inviabilizar o prosseguimento da produção siderúrgica. Ademais, setores governistas, como a então ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello, já falavam abertamente em fechamento dessa e de outras usinas siderúrgicas, algumas até superavitárias, caso da USIMINAS, localizada em Ipatinga, no estado de Minas Gerais. O governo parecia disposto a sucatear a empresa com o maior parque siderúrgico da América do Sul, com sérios impactos para diversos setores da economia brasileira, como o alimentício, tendo em vista a escassez de latas com aço produzido pela CSN; os portos de Angra dos Reis e de Sepetiba, nos quais a empresa era responsável respectivamente por 90% e 95% da movimentação; e empresas também administradas pelo governo, como a Light e a Rede Ferroviária Federal, que tinham na companhia sua maior cliente (Lima Netto, 1993).

Em 1990, inicia-se a gestão do engenheiro Roberto Procópio de Lima Netto à frente da companhia e que foi caracterizada por brigas que colecionou com o combativo Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense e pela polêmica defesa que fez da desestatização sob o argumento de que a diluição das ações entre vários acionistas tornaria os funcionários proprietários majoritários da empresa. Por

hipótese, esses passariam a deter até 20% das ações, uma espécie de “capitalismo popular”, que mais tarde constituiria a principal linha de argumentação de um sindicato que se converteu em intransigente defensor da privatização.

O engenheiro então conduziu um desmonte da empresa e que já vinha sendo esboçado há pelo menos quatro anos. Algumas análises, como a de Veiga & Fonseca (1990), mencionam que boatos sobre privatização circundavam a siderúrgica desde 1986, quando o governo federal internamente iniciou uma campanha pela venda da Fábrica de Estruturas Metálicas (FEM) e da Companhia Brasileira de projetos Industriais (COBRAPI), duas subsidiárias de excelência da CSN. O governo do presidente José Sarney, sob a figura de Roberto Cardoso Alves, ministro da Indústria e Comércio (1988-1990)², se ocupou em desmoralizar a gestão das empresas estatais no sentido de criar no seio da opinião pública um ambiente favorável à privatização e, de setembro de 1988 a outubro de 1989, transferiu para o capital privado companhias siderúrgicas estatais de pequeno e médio porte, como a Cosin³, a Cimetal, a Cofavi⁴ e a Usiba⁵ (Paula, 2002⁶ apud Pereira, 2007). Outros observadores, contudo, argumentam que a ideia de privatização do setor produtivo estatal era bem mais antiga e acompanhava o desenvolvimento dessas empresas desde os governos militares, se acentuando no final da década de 1970, após os efeitos da crise mundial do Petróleo, por pressão das elites empresariais privadas desejosas de virem uma redução do tamanho do Estado e a desaceleração do seu empenho em agir como fornecedor de infraestrutura para o desenvolvimento (Minayo, 2004).

Em Volta Redonda, a campanha pela desestatização, como era de se esperar, foi problemática e gerou reações da população, a qual “saiu às ruas em defesa de um pedaço da sua tradição e da sua história, contra a privatização dessas duas estatais, num ato público ecumênico, na praça Brasil, dia 19 de dezembro de 1986” (Veiga & Fonseca, 1990, p. 68). A justificativa a favor do processo, possivelmente, era a crescente batalha travada entre o Sindicato dos Metalúrgicos e a administração da companhia desde a greve de 1984, a primeira grande paralisação dos operários da CSN. Até 1990, isto

é, em um intervalo de apenas seis anos, a produção já havia sido paralisada por doze greves gerais, comprometendo sua imagem de empresa sadia e pondo em risco a integridade e o tempo de vida do seu principal alto-forno⁷. Roberto Lima Netto lembra que no exterior passou-se a atribuir à CSN o apelido de empresa vaga-lume e que seu quadro excessivo de empregados (23.700 diretos, além de 13 mil aposentados e outros milhares de empregos indiretos que gerava) completava um cenário de asfixia provocado por um passivo de US\$ 2,6 bilhões, dívidas, corrupção e desejo manifestado pelo próprio governo federal em encerrar o seu financiamento com dinheiro público, apesar de sempre ter sido usada como cabide de empregos por justificativas políticas e como instrumento de controle da inflação pela obrigação de vender produtos abaixo do custo de produção. Para Mangabeira (1993), o sucateamento resultou de uma crise de rentabilidade causada pela “contradição estrutural das empresas estatais” (Daim⁸, 1977 apud Mangabeira, 1993), a um só tempo funcionando como unidades produtivas capitalistas e como instrumentos de política econômica do governo. A rígida política de contenção de preços empregada pelo governo no correr de várias décadas teria feito explodir o déficit da Companhia a ponto de, em 1988/1989, a dívida da CSN praticamente igualar seu capital, tornando a empresa tecnicamente falida e motivando posicionamentos favoráveis ao seu fechamento. Mas, ressalta a autora acrescentando outra variável explicativa, a crise também teria origem na década de 1960 e na perda do seu monopólio no mercado de aços planos com a fundação de outras duas estatais, acarretando em todo o desmonte do modelo de company-town⁹.

A privatização da CSN e de todas as outras siderúrgicas resultou, como salienta Pereira (2007), da redefinição dos papéis desempenhados pelos setores públicos e privados na produção de bens e serviços em curso por ocasião do desenho de uma nova ordem global. Para esse fim, um conjunto de profundas reformas estruturais na economia e no Estado brasileiro foi encaminhado pelo governo do novo presidente da República, Fernando Affonso Collor de Mello (PRN)¹⁰ (1990-1992), vitorioso no segundo turno

disputado contra o sindicalista Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores -PT), nas eleições de 1989.

Para promover o controle da inflação galopante que acompanhou e tornou perdida a década de 1980 – já enfrentada com inúmeras medidas e políticas econômicas de estabilização, como o congelamento de preços e salários –, o governo investiu no lançamento de novos planos econômicos, como os Planos Collor I (1990) e II (1991), infrutíferos a exemplo dos seus antecessores, os Planos Cruzado I e II (1986) e o Plano Bresser (1987). Segundo o autor, o primeiro Plano Collor, também anunciado como Plano Brasil Novo, instituído pela lei 8.031/90 demarcou a inserção do Brasil no contexto neoliberal de encerramento do protecionismo da época do nacionalismo trabalhista e de redefinição na relação entre Estado, empresários e trabalhadores. O plano em questão teria sido um ponto de partida para a grande agenda de desestatização por começar a delinear um novo perfil para a indústria brasileira na década de 1990, passando pela redução das alíquotas de importação e pela abertura comercial juntamente com o incentivo à competição direta com o mercado internacional (Pereira, 2007). Já Cardoso (2003), em sua consistente crítica ao neoliberalismo, lembra que o Brasil foi um dos últimos países “emergentes” a aderir à execução desse conjunto de reformas econômicas, mormente depois de 1988, quando desestruturou o modelo desenvolvimentista escorado na política de substituição de importações em favor da abertura comercial. Para o autor, o novo modelo econômico adotado pelo país desde então é de fácil compreensão, se traduzindo na adoção de uma estratégia de estabilização monetária acompanhada da equidade entre as empresas estrangeiras e as “empresas autóctones” (Cardoso, 2003, p. 63), o chamado “choque competitivo”. Sob essa lógica, as empresas nacionais saíram em desvantagem, sendo, por um lado, obrigadas a reduzir preços e, por outro, a encaminhar um doloroso processo de reestruturação produtiva a fim de ganhar em competitividade, despejando produtos melhores e mais baratos no mercado. Enquanto alguns parques produtivos (como o setor nacional de fornecimento de autopeças para a indústria automobilística,

fortemente impactado a partir de 1995 com a redução no número de empresas e nos postos de trabalho) acabam sendo engolidos pela competição externa, outros acabam sendo forçados a conduzir essa reestruturação sob a forma de incorporação de novas tecnologias e, principalmente, de uma estratégia de flexibilização do mercado de trabalho, alvo central da crítica do autor¹¹.

Como argumentam Hirst & Thompson (1998), os entusiastas da “cartilha neoliberal” acreditavam nos mercados mundiais livres e na mobilidade do capital como soluções para os problemas do desenvolvimento. Construiu-se assim um mito apegado ao nosso desamparo diante das forças econômicas e da suposta ingovernabilidade dos mercados, o qual se tornou consensual com o reconhecimento do esgotamento do modelo desenvolvimentista. Esse consenso foi predominante na transição dos anos 1980 para os 1990 e decretou o colapso do modelo fordista e dos seus principais pilares, como a colaboração corporativista entre indústria, trabalhador organizado e Estado (que criaram condições para a influência política dos trabalhadores organizados na fase pós-1945), a administração econômica nacional, a crença no pleno-emprego, o crescimento sustentado, a produção em massa padronizada com numerosa força de trabalho manual semi-qualificada (símbolo máximo do projeto fordista) (Hirst & Thompson, 1998). Prevaleceu, portanto, o discurso segundo o qual o Estado-nação estaria perdendo sua função e tendo sua centralidade nos processos políticos descompassada pela crescente volatilidade dos mercados internacionais e pelo aumento do fluxo de capital para os principais países em desenvolvimento. Além disso, os autores observam que a redução do papel do Estado fez-se perceber, sobretudo, por meio das suas ações sociais necessárias em tempos de dificuldade de manutenção dos índices de empregabilidade formal em certo patamar e pela progressiva perda dos direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo do século, valendo mencionar também que a análise apresentada por eles procura relativizar o que classificam como a “retórica política da globalização” negligente ao desconsiderar a evidente preservação de certas responsabilidades do Estado, como

a de assegurar a ordem política e econômica e oferecer os serviços de proteção social. Logo, as transformações que estavam em curso na CSN acompanhavam um processo delineado desde a década de 1970 nos países de economia central com a adoção de métodos flexíveis de produção, com a transição de formas de produção características de um modelo de acumulação monopolista tido como já superado para outras, incorporando muito mais a ênfase na competitividade e na qualidade com a valorização das inovações tecnológicas e de novos mecanismos de gestão da força de trabalho, e um aumento dos índices de produtividade com impactos sentidos direta e negativamente nas relações de trabalho e nas instituições de defesa dos trabalhadores (Hirst & Thompson, 1998). De acordo com os autores, a transição de um mundo regido pela corporação oligopolista nacionalmente enraizada apoiada na produção em massa para outro dominado pelos métodos mais flexíveis com a proeminência de empresas multinacionais menos rigidamente estruturadas compôs o cenário de consolidação do chamado “pós-fordismo”.

Embora o avanço definitivo na estratégia de estabilização econômica só tenha se consolidado com o lançamento do Plano Real, iniciado oficialmente em fevereiro de 1994, o país passou a assistir à implementação dessa ampla agenda de reformas, a qual prosseguiu a despeito do tumultuado contexto político dos primeiros anos da década com o impeachment do presidente da República, em 1992. O governo do novo presidente Itamar Franco (1992-1994) é apontado por Pereira (2007), através de um quadro comparativo feito com outros três ex-presidentes da República (João Batista Figueiredo, José Sarney e o próprio Fernando Collor de Mello), como aquele a registrar o maior número de trabalhadores demitidos (50.157), tendo privatizado dezesseis empresas estatais, segundo ele, frustrando aqueles que apostavam na revisão das diretrizes da privatização após o impeachment de Collor ou mesmo na completa suspensão do Programa Nacional de Desestatização (PND). Segundo o autor, apesar das manifestações públicas de resistência e protesto às privatizações, em especial por parte da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e dos partidos políticos de esquerda, e de

Itamar não se identificar ideologicamente com a postura privatizante de Collor, o cronograma estabelecido no governo anterior foi respeitado, ainda que com um certo atraso, em virtude do ambiente institucional e das regras de desestatização já constituídas.

Na apresentação feita pelo autor, o PND, como ficou conhecido o cronograma da desestatização, surge como um programa da política econômica do Estado disposto a encerrar o Setor Produtivo Estatal (SPE) para, em seguida, dar andamento a um conjunto de medidas, entre elas a redução da dívida pública, a retomada do investimento nas empresas adquiridas pelo setor privado, a modernização do parque industrial do país e a concentração dos esforços da administração pública em atividades cujo êxito depende fundamentalmente da atuação estatal.

Com passagens por agências e órgãos estatais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o antigo Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), o ex-deputado federal e ex-secretário de Indústria, Comércio e Turismo do estado do Rio de Janeiro, Márcio Fortes (PSDB), em coletânea de artigos publicada em 1996¹², não apenas procura ratificar o argumento de Maria Sílvia de defesa das privatizações como sugere ter acontecido uma redefinição da própria categoria “desenvolvimento” no país, nos anos 1990, com reformas políticas, da administração pública, dos sistemas tributário e previdenciário ajudando na rediscussão do papel do Estado. A privatização, segundo ele, não seria tão simplesmente a alienação do patrimônio público a terceiros, mas a colaboração do setor privado com o provimento de infraestrutura, tarefa que cabia ao Estado, agora encarregado da oferta de serviços públicos.

Descrita por Pinho e Silveira (1998) como a “fase manufatureira” da privatização, pela venda concentrada de empresas responsáveis por fornecer o suprimento de infraestrutura do país (siderúrgicas, petroquímicas, indústrias de material aeronáutico e ferroviário etc.), a agenda de desestatização executada entre 1990 e 1994 em diversos países latino-americanos teria contribuído para incrementar a eficiência, a competitividade e, no caso brasileiro, democratizado

o controle de capitais dessas empresas. Ainda que o impacto fiscal das privatizações no período tenha ficado aquém do esperado (uma redução anual nas necessidades de financiamento de apenas 0,4%, quando o montante esperado com o Plano Collor I, em 1990, era de 2,5%), os autores defendem que as siderúrgicas privatizadas durante o PND reverteram, nos anos 1990, a trajetória de prejuízos característica dos anos 1980, reduzindo o seu endividamento bruto. Enquanto, em 1990, quando ainda eram estatais, essas empresas teriam registrado um prejuízo de US\$ 2,62 bilhões, em 1994, já estariam apresentando um lucro de US\$ 1,09 bilhão (Pinho e Silveira, 1998). Essas privatizações, dentro da agenda neoliberal, foram fundamentais para a proposta de saneamento e enxugamento do aparelho estatal, pois asseguraram receita líquida ao setor público, ajudaram a reduzir o déficit público e financiaram a taxa de juros durante aquele período (Cardoso, 2003).

Segundo Pereira (2007), o programa teve como gestor (quem lançava os editais e definia os preços mínimos das privatizações) o BNDES, presidido, entre 1990 e 1992, pelo engenheiro e economista Eduardo Modiano. O seu alvo preferencial eram empresas siderúrgicas historicamente problemáticas, deficitárias, mergulhadas em corrupção e com um contingente excessivo de funcionários, a exemplo da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), por um lado, e outras lucrativas, como a Usiminas (Usinas Siderúrgicas Minas Gerais), a qual já vinha realizando um processo de internacionalização. Localizada em Ipatinga e privatizada em 1991, a Usiminas foi criada em 1963 com a responsabilidade, junto com a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) (fundada em 1964), de romper com o monopólio da CSN, até então a única empresa produtora de aços longos do país e responsável por 50% da produção siderúrgica nacional, condição que gozava desde 1948 (Pessanha & Morel, 1991).

Iniciar a jornada de privatizações pela Usiminas foi uma forma encontrada de dar credibilidade ao programa e a atrair a confiança de possíveis investidores. Empresa lucrativa, tecnologicamente atualizada e sem qualquer necessidade de reestruturação financeira, a

Usiminas foi escolhida para ser um marco de uma nova concepção de privatização de antigas estatais sob a forma de incentivo à aquisições “compartilhadas”, atraindo uma leque heterogêneo de investidores e acionistas não necessariamente conhecedores do negócio, como bancos e fundos de pensão, e conquistando a adesão de funcionários e trabalhadores chamados a participar como acionistas ou integrantes do Conselho de Administração das empresas, sendo essa uma forma de convencer a sociedade dos benefícios da privatização e de frear o ímpeto do movimento sindical, em uma fase de extrema contestação ao governo federal (Velasco JR., 1997¹³ apud Pereira, 2007).

A privatização da Usiminas foi organizada por Rinaldo Soares sob uma ótica diferente daquela constatada em Volta Redonda, anos depois. Ele procurou, antes de tudo, organizar o processo incentivando a inclusão do clube de acionistas dos funcionários e preservando a cultura de investimento da siderúrgica em Ipatinga. Soares manteve-se na presidência nos dezoito anos seguintes, valorizando a condição da Usiminas como partícipe da comunidade. Contrariamente, a estatal de Volta Redonda, às voltas com a desconfiança da população com Roberto Procópio de Lima Netto, fracassou na reprodução desse mecanismo, pois o engenheiro optou por enfrentar o emblemático sindicato, extraindo antigos componentes da diretoria e apoiando a vitória da Força Sindical, central fundada no governo Collor. Mas em termos de desempenho econômico, a sua gestão, iniciada em abril de 1990, contribuiu decisivamente para que houvesse uma inflexão positiva no balanço financeiro da empresa. Em 1991, depois de dez anos deficitária, ela já apresentava seu primeiro resultado positivo, acumulando cerca de US\$ 31 milhões graças a um severo programa de ajustes que custou o emprego de mais de cinco mil pessoas e 545 cargos de chefia, reduzindo pela metade o endividamento da estatal com a renegociação de dívidas com credores, entre eles bancos privados, outras empresas estatais e o governo estadual. E, ao término do ano de 1992, a CSN exibiu o melhor desempenho da sua história, com um lucro líquido de US\$ 125 milhões – US\$ 23 milhões a mais que em 1991. Além da produção recorde de 4,5 milhões de toneladas de aço líquido, a Companhia aumentou de

26% para 31% sua participação no mercado de laminados. Por isso, a despeito do impacto no mercado de trabalho da cidade, os ajustes feitos por Lima Netto foram exitosos e, após a privatização, a Companhia continuou a apresentar resultados positivos. Com o aumento da produção chegando a 4,9 milhões de toneladas de aço líquido, somada à redução de custos, a Companhia registrou um lucro de R\$ 450 milhões em 1997, 65% maior que em 1996 (R\$ 272 milhões), de R\$ 464,4 milhões em 1998 (3,1% mais que em 1997), de R\$ 1,64 bilhão¹⁴ em 2000 e de R\$ 1,031 bilhão em 2003. Dez anos após a conclusão do processo, o lucro líquido acumulado pela empresa chegava a R\$ 5,862 bilhões, com prejuízo apenas em 2002 (R\$ 219 milhões), ínfimo se comparado aos cerca de R\$ 17,584 bilhões de prejuízo registrados no período de 1979 a 1992¹⁵.

Demitido pelo presidente Itamar Franco em dezembro de 1992, Lima Netto estava prestes a finalizar a montagem – em conjunto com a CBS¹⁶ e o Sindicato dos Metalúrgicos – de um grupo composto por 28 mil sócios (entre funcionários da ativa e aposentados) para participar do leilão com a expectativa de adquirir em torno de 20% das ações. Conforme salienta Pereira (2007), o engenheiro foi um entusiasta da constituição do chamado Clube de Investimentos Oficial, uma forma de participação na qual o trabalhador entregou as ações para o clube administrar em troca do recebimento de cotas. Nesse sistema, o poder de voto foi transferido para a direção do clube indicada pelo próprio Lima Netto e eleita em assembleia que contou com apenas duzentos funcionários. Como à CBS caberia obrigatoriamente 9,2% das ações após o leilão por força do edital de privatização, a expectativa de Lima Netto era somar esse percentual aos possíveis 20% a serem adquiridos durante o leilão, representando para os trabalhadores um controle acionário de 25% da Companhia. Mas o trabalho de composição do Clube gerou críticas e insinuações sobre a isenção de Lima Netto em todo o processo, levantando-se a partir daí suspeitas de uma possível transferência de ações para executivos da empresa, incluindo o próprio engenheiro, o que contribuiu diretamente para sua demissão e para a suspensão do leilão programado para o final daquele ano.

O substituto de Lima Netto na presidência foi Sebastião Faria de Souza, engenheiro de carreira e diretor de operações da Companhia, que ocupou a presidência por apenas cinco meses, entre dezembro de 1992 e abril de 1993. Crítico daquilo que qualificou como doação e não privatização, Faria assumiu o cargo por convite de Itamar, em primeiro lugar, para reavaliar o valor da empresa e, em segundo, para conduzir a transição de empresa estatal para privatizada pelo conhecimento que detinha e pela sua credibilidade perante aos funcionários. Mas a substituição de Lima Netto por Faria também gerou expectativas negativas entre engenheiros e executivos da Companhia, defensores da privatização, temerosos de que a troca na direção pudesse refrear o processo agravado pela condição mais avançada da Usiminas, uma concorrente direta no mercado siderúrgico, já privatizada e livre da dependência de recursos previstos pelo orçamento federal da União. Inconformado com o valor de US\$ 1,6 bilhões estipulado pelo outra diretoria, Faria solicitou, através de carta enviada em março de 1993 a André Franco Montoro Filho, presidente da Comissão Diretora do PND, uma nova avaliação da empresa, alegando que o patrimônio líquido à época seria de cerca de US\$ 4 bilhões, estimativa ignorada no relatório elaborado para definir o valor mínimo do leilão do qual participariam dois consórcios, que subestimou a capacidade de produção, estimando-se alcançar um índice de 4,5 milhões de toneladas em um prazo de apenas dez anos, caso fossem realizados vultosos investimentos. Ele também defendia a exclusão da negociação dos ativos não operacionais (terrenos na cidade, um hospital, um hotel, etc.) para a cidade não ficar refém da Companhia, vendendo-se assim exclusivamente sua parte produtiva (Lannes, 2001). O engenheiro Darker Pamplona entende que Itamar Franco cogitou desistir da privatização, mas foi coagido a prosseguir por conta da agenda de retirada do Estado da economia, já em curso. No depoimento abaixo, comparando com o ocorrido na Usiminas, ele insinua que a não demissão de Lima Netto teria fortalecido o comprometimento da CSN com a comunidade local.

O Itamar não queria privatizar a CSN. Erradamente,

erradamente. E demitiu o Lima Netto, que tinha todo o arcabouço montado como tinha sido feito pelo Rinaldo. Mas foi demitido e foi colocado um presidente que era o Sebastião Farias de Souza, de Volta Redonda mesmo. Só que o Itamar disse a ele (Sebastião) pessoalmente que a CSN não seria privatizada. Isso em novembro de 1992. Em fevereiro de 1993, saiu o edital de privatização sem o Faria saber. E o Lima Netto tinha montado um grupo para participar da privatização. Sendo que ele entraria com um poder maior nesse grupo se tivesse nas mãos a CBS, que era a fundação dos empregados, e o fundo de investimento. Ele partiria de 22% das ações da CSN na mão. Fácil, fácil ele seria o Rinaldo da CSN. Ocorre que o Faria não deixou que a CBS entrasse no grupo da formação do conselho de acionistas da empresa. O Lima Netto entrou enfraquecido e teve que ceder espaço (...). Quem comprou levou uma mina fabulosa (Casa de Pedra) de altíssima qualidade e bem localizada, levou toda uma cidade com todos os terrenos de Volta Redonda. O grande erro foi não dar condições para que o governo participasse desse ganho. Ela foi vendida por 1,68 bilhões de dólares. (...) O Itamar tinha que privatizar por causa do programa do Collor, que era aceito pela comunidade internacional. E pegou um governo com uma inflação altíssima e precisando de dinheiro. A ideia dele era honesta (...). Quando chamou o Faria na sala dele e falou que não ia privatizar a CSN, eu acho que ele falou isso honestamente. Só que a pressão era muito grande. Havia uma agenda de privatização e de retirada do Estado de áreas produtivas, diferente das décadas de 1960 e 1970 (...). – Darker Valério Pamplona.

A privatização começou a ser discutida abertamente na cidade de Volta Redonda durante a primeira rodada de negociações para o encerramento da fatídica greve de 1988¹⁷. Com a privatização em curso e a população já sendo convencida dos seus benefícios, coube ao então prefeito, Paulo Baltazar, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), realizar um plebiscito no qual pouco mais de sete mil moradores compareceram para votar, 80% deles contrários à venda da estatal. A prefeitura então aderiu a resistências como o Fórum de Debates e Alternativas de Volta Redonda, constituído para apontar

saídas para a crise na usina a partir do slogan “De Volta Redonda a volta por cima”.

Eu fui prefeito nesse período, em que a privatização ocorria. Eu acho que o nosso governo quebrou um pouco esse paradigma de que a cidade considerava a CSN sua mãe. Uma figura simbólica. E a CSN considerava a cidade sua filha. Portanto, a filha era dependente da mãe e a mãe mandava na filha. Os governos faziam isso. Eles eram subordinados. Quando chegamos, eu disse: ‘- A cidade tem que ter vida própria. Não privatizaram? Então, nós vamos ter vida própria’. E aí, ao invés de fazer um governo que dependia das bênçãos da CSN, nós buscamos dialogar, mas dizer a ela o seguinte: ‘-Vocês são bem-vindos, queremos que continuem produzindo aço, mas a cidade é uma coisa, a Companhia é outra. Então, os empregos, nós queremos tratar direitinho’. Por exemplo, nós levantamos que tinha uma parte da CSN que não era tributada, do ponto de vista da arrecadação municipal. E aí, mandamos medir e dissemos: ‘- A conta é essa. Se todos pagam, vocês também têm que pagar. Nós temos um ônus’. – Paulo César Baltazar.

ELEIÇÃO SINDICAL DE 1992: DA CUT À FORÇA SINDICAL PASSANDO PELO FORMIGUEIRO

Depoimentos prestados por lideranças sindicais contrárias e favoráveis revelam que, salvo a atuante esquerda de uma cidade ideologizada, o movimento contrário foi gradualmente se esmaecendo a ponto de ficar cada vez mais limitado a setores como a Igreja Católica, a CUT e o PT. O ex-sindicalista Luiz de Oliveira Rodrigues, por exemplo, recorda que essa desmobilização atingiu notadamente os trabalhadores, temerosos com o fechamento completo da usina, cenário entendido como o mais pessimista possível. Já o ex-secretário de planejamento e ex-dirigente do Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda (SENGE-VR), Emmanuel Paiva de Andrade, derrotado na eleição sindical de 1992, observa a crescente incapacidade de convencimento da população nos meses que antecederam o leilão e acredita que a desconfiança substituiu a defesa do patrimônio público nacional como pano de fundo graças a

articulação política tecida entre Lima Netto e Força Sindical da qual Luizinho foi o produto mais bem elaborado.

Por reconhecer no Sindicato dos Metalúrgicos presidido por Vagner Barcelos um forte opositor à privatização, Lima Netto, logo após assumir a presidência da Companhia, em abril de 1990, desenhou um projeto de gestão que priorizava o sindicato e conduzir as demissões sem perder o apoio dos empregados. Para isso, o engenheiro precisou convencê-los sobre os benefícios da privatização ao passo que cooptava integrantes da diretoria, estratégia que se tornou mais evidente durante a eleição sindical de 1992, vencida por Luizinho. A resistência imposta por Vagner Barcelos passava pela contestação dos critérios adotados pelo governo federal para o saneamento da estatal, pelo questionamento das demissões em curso e da própria necessidade de haver de fato a privatização. Barcelos defendia como alternativa a redução dos altos salários do corpo administrativo da Companhia, a atualização dos preços dos produtos vendidos por ela, segundo ele abaixo do mercado, e o fim da utilização de parte do seu faturamento para o pagamento dos juros de dívidas do próprio governo. Por fim, o sindicalista julgava ser impossível a compra de ações da Companhia pelos funcionários, como planejava Lima Netto com a confecção do Clube de Investimentos Oficial (“O Estado de São Paulo”, 05/05/1990). Para agravar a situação, durante a campanha salarial de 1990, os metalúrgicos decidiram reivindicar um reajuste salarial de 166,9%, 10% de produtividade, readmissão de demitidos e o pagamento de atrasados, como ações na justiça, resultados de acordos e a “Girafa”, reivindicações rejeitadas pela companhia (Pereira, 2007). Ao não haver um acordo o sindicato decidiu encaminhar uma greve que contou com a adesão de mais de 10 mil trabalhadores, em 11 julho de 1990, e que se prolongou por trinta dias até seu fim ser decretado pela direção da entidade. Ao seu término, o sindicato havia sofrido uma humilhante derrota sem atingir suas reivindicações, os trabalhadores foram descontados do seu salário pelos dias parados e dezenas deles foram demitidos. O Tribunal Superior do Trabalho (TST) julgou como abusiva a greve, indeferiu reivindicações como a reintegração de demitidos

e concedeu reajustes salariais abaixo do exigido pelo sindicato. Para agravar a situação, Barcelos constatou que um grupo de oito dirigentes sindicais estava negociando diretamente com Lima Netto em nome dos trabalhadores.

Expulsos do sindicato, os dirigentes liderados por Luizinho e Luiz Albano constituíram o grupo intitulado como Formigueiro e passaram a se alinhar ao presidente da Companhia, ajudando a minar a legitimidade de Barcelos e da CUT frente aos trabalhadores, aspecto que se tornou evidente durante a campanha salarial de 1992. Já na eleição sindical realizada em seguida, o grupo do Formigueiro constituiu a Chapa 4 em torno do nome de Luizinho e em defesa da implantação de uma nova metodologia de negociações, nas palavras de Monteiro (1995), mais aberta e regular entre trabalhadores e empresa, na qual o pressuposto era a modernização das relações de trabalho pela via do fortalecimento da instituição sindical e do enfraquecimento do envolvimento partidário da entidade, bem como da figura do líder sindical. A inscrição da Chapa 4 polarizou a disputa eleitoral entre Luizinho e o então presidente do sindicato, também representante da CUT, Vagner Barcelos, concorrendo pela Chapa 1. A eleição ainda contou com dois outros candidatos, o ex-presidente aposentado do sindicato, Waldemar Lustoza Pinto (Chapa 2), e Alexandre Cerezo, também dissidente da diretoria, concorrendo pela Chapa 3.

Terminou ontem a votação para eleger a nova diretoria do sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, cujo resultado será conhecido hoje. Quatro chapas concorrem à eleição, que começou terça-feira e transcorreu tranquilamente. A disputa acabou polarizada entre as chapas 1, encabeçada pelo atual presidente do sindicato, Vagner Barcelos, e Luiz de Oliveira Rodrigues (o Luizinho), da chapa 4. O candidato da chapa 2 é o aposentado Waldemar Lustoza, e o da chapa 3, que surgiu em decorrência de um racha na atual diretoria do sindicato, é Alexandre Cerezo. Cerca de 53 urnas foram espalhadas pela cidade, sendo 35 nas dependências da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A contagem dos votos (Volta Redonda tem 22.710 metalúrgicos) começou no início da noite de ontem.

Há dois dias, os dirigentes nacionais da CUT, que apoiam a chapa 1, e os da Força Sindical, favoráveis à chapa 4, estão acampados no clube Recreio dos Trabalhadores, onde está sendo feita a apuração dos votos (“O Globo”, 24/07/1992).

De um total de 22.710 votos, a chapa do Formigueiro obteve 8.249, indicando a aprovação da proposta da “parceria” defendida por Luizinho e abrindo caminho para a intensificação da campanha pró-privatização no seio da base operária e para a filiação do sindicato à emergente Força Sindical. A derrota também pôs fim à atividade sindical de Vagner Barcelos, inimigo declarado de Lima Netto e depois demitido da Companhia. Ao assumir a presidência do sindicato em 1990, Barcelos radicalizou seu discurso e insistiu na viabilidade financeira da estatal, ameaçando parar a cidade com o uso do movimento sindical caso não houvesse uma revisão do drástico programa de demissões em curso. O ex-sindicalista absorveu sua derrota como um golpe do governo federal, o qual tinha na Força Sindical uma arma para derrubar as principais lideranças cutistas do país.

Perdemos o sindicato para a Força Sindical, linha auxiliar do governo federal. A privatização foi uma derrota, foi um ataque frontal. As demissões em massa. A cassação das principais lideranças. A política salarial do governo, a política salarial da empresa. Eu fui o último presidente do sindicato eleito pela CUT. Perdi uma eleição roubada. A CSN oferecia céus para os metalúrgicos se a Força Sindical ganhasse e eu com o sindicato rachado também. Ganhei com 98% nas empresas privadas e perdi por 600 votos na CSN. A Igreja ainda tentou resistir durante a discussão da privatização, mas a pressão governamental foi forte. Esse processo de privatização foi criminoso. – Vagner Barcelos.

A favor das privatizações, a Força Sindical foi uma defensora da compra de ações das empresas pelos trabalhadores e ajudou a mobilizar a opinião pública contra os funcionários das estatais, vistos como privilegiados por gozarem de estabilidade e segurança no emprego, melhores salários e benefícios (Cardoso, 2003). A “parceria”, palavra desenhada para definir a nova mentalidade imaginada pela central

sindical com trabalhadores incorporados como partícipes da gestão das empresas, na opinião de opositoristas ao modelo, como o próprio Barcelos, significou na verdade, a plena submissão da classe trabalhadora. Essa interpretação ajudou a conformar um tipo de olhar predominante segundo o qual tanto o Formigueiro quanto a Força Sindical seriam, dentro do universo das centrais sindicais, representações “do ideário do sindicalismo participacionista que nem de longe questionava a vigência do capitalismo” (Graciolli, 2007, p.75) e “traços inequívocos da integração à ordem de acumulação capitalista” (idem). Contudo, no fundo, o “ambiente de parceria” desenhado por Luizinho para a CSN e, segundo ele, inspirado em experiências europeias, japonesas e norte-americanas, previa uma separação bastante clara entre a condição do indivíduo enquanto acionista e enquanto trabalhador, ao passo que facilitava a preservação das decisões de mercado e de gestão distantes dos funcionários do baixo escalão da Companhia.

Foi uma conversa que eu tive no Japão e na Europa. Eu estive em Mondragon na Espanha, estive nas cooperativas, estive nos EUA (...). Então, eu achava que o trabalhador investindo poderia criar uma condição de parceria. Agora, o nosso pessoal sempre teve uma ideia que eu não acho nem um erro. Eu até dou razão a eles. Mas era a ideia de achar que a relação trabalhista não tem nada a ver com as decisões estratégicas da empresa. E para mim tem. Eu achava que uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa. O trabalhador pode ser acionista e pode estar levando ferro como trabalhador. Ele pode ser acionista lá e estar levando gancho aqui, sendo repreendido aqui. Só que eu acho que você pode tomar algumas decisões sem a participação dos trabalhadores. Por exemplo, o tamanho da empresa, a estratégia dela no mercado, a política de gerenciamento do capital dela. Eu acho que isso que determina um pouco. Não quer dizer que por eu ser acionista agora eu possa faltar. Tem que separar uma coisa da outra. Mas eu acho que tudo isso é um ambiente de parceria. – Luiz de Oliveira Rodrigues.

Porém, a resistência ao encaminhamento da parceria em nenhum momento parece ter sido consensual a ponto de Dom

Waldyr Calheiros enxergar em parte do universo de trabalhadores uma certa “esperança de que a privatização melhorasse a cidade” (Moreira, 2000, p.155) e Lima Netto, recorrendo a uma pesquisa realizada com 11 mil empregados, em março de 1992, apontar para um índice de 52% de aprovação à privatização, contra 12% contrários e 36% indecisos, e recordar que o Formigueiro, via um forte trabalho de convencimento da categoria, estimava atingir uma margem de aprovação de 90% entre todos os funcionários até o mês de dezembro daquele ano (Lima Netto, 1993).

A verdade foi assim: quem é a favor da privatização? 98% contra. Olha a CSN isso, a CSN vai fechar. Quem é a favor? Pronto. Foi uma coisa que, quando chegou no momento da privatização, o “a favor da privatização” conseguiu colocar a situação da CSN pior do que estava. Entendeu? Então, nessa hora, o pessoal disse: então, privatiza. Agora, daquele pessoal mais participativo, mais ideológico... Volta Redonda era uma cidade de esquerda. Não tinha lugar para outro. Uma cidade ideologizada. E, por ser pequena, era complicado. Era mais fácil vigiar quem era contra, quem não era de esquerda. Por exemplo, no edital, o prefeito Paulo Baltazar foi contra a privatização. E ele se rendia à força da Igreja, que era muito grande, à força de alguns políticos históricos. Ele não se colocou contra o processo. Ele ficou denunciando que a empresa seria privatizada e que tinha o passivo ambiental. Mas ele não queria ser radicalmente contra. Então, quando chegou no momento do processo, aqueles que eram contra continuaram contra. A Igreja Católica, o PT, a CUT e tal. Mas o restante, a maioria não. Não é que queriam o processo, apenas disseram: faça o melhor. Entende? Era um pouco isso. – Luiz de Oliveira Rodrigues.

O SENGE-VR foi a todas às associações de moradores para divulgar uma cartilha sobre a privatização. Eventualmente, com a discussão a gente colocava “A CSN é nossa”. Mas nós fomos sentindo que essa frase era cada vez mais vista com desconfiança. Nossa quem cara pálida? A CSN está arrebatando comigo, está desempregando meu pai, meu irmão, meu marido... Nossa quem? Isso começou a gerar uma reação diferente. Ali é o lugar da disputa

do poder. E isso perdeu a dimensão. O processo é esse, mas o pano de fundo que permitia uma mobilização na luta por cidadania, que era uma siderúrgica, orgulho brasileiro e nosso, uma Igreja que organiza as CEBs¹⁸.... Quer dizer, o pano de fundo, que dava liga para aqueles que estão no movimento popular e na luta por cidadania, vai esmaecendo. A privatização apaga aquela imagem. Em alguns casos, essa substituição dos agentes acontece explicitamente, programada. Quer dizer, quando o Lima Netto vai para a direção da CSN, tem toda uma articulação política e a Força Sindical ganha o sindicato dos Metalúrgicos. Na comunidade, aquilo foi um choque. Depois daquilo, o SENGE continuou filiado à CUT, mas caiu. Depois de um ano ou um ano e meio, nós que estávamos na direção caímos também. O Lima Netto bancou uma chapa alternativa para concorrer com a gente. Da mesma maneira que ele tinha feito na CSN. Perdemos também. – Emmanuel Paiva de Andrade.

O SENGE mudou seu posicionamento após a eleição sindical de outubro 1992, quando 417 dos 550 engenheiros aptos a votar foram às urnas, dos quais 225 votaram na chapa 2, 185 na chapa 1, 4 anularam o voto e 3 votaram em branco. Edivaldo Corrêa de Assis, então presidente do Sindicato e integrante da chapa 1 (Independência e Dignidade), ligada à CUT, foi derrotado por João Thomaz da Costa, representante da chapa 2 (Participação), auto-identificada como independente, mas plenamente apoiada pela direção da CSN (Boletim O Independente – Ano VI, número 146, 06/11/1992). A nova posição do Sindicato fundado em 1965 foi de defesa da privatização, mas presumia outra forma para a venda, com maior envolvimento dos funcionários através de uma espécie de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) regulamentada por contrato, da criação do chamado Independente Clube de Investimentos (paralelo ao Clube de Investimentos Oficial criado por Lima Netto) no qual os seus representados pudessem participar do leilão e da participação do governo federal na própria compra, talvez com a aquisição temporária de 20 a 30% das ações, valorizando os papéis da empresa.

A partir de um determinado momento eu comecei a achar que

era necessário haver a privatização. Só a esquerda não queria que privatizassem. O grande erro foi o governo ter vendido todas as ações. Ele poderia ter ficado com 20 ou 30% sem poder de mando. Ia valorizar muito. Ia ganhar muito e ia aumentar o preço. E, quando as ações fossem vendidas, ele ia ganhar muito. O SENGE foi favorável, mas em outros termos. O estatuto do Clube de Investimentos teria que ser mais aberto. Nós queríamos uma Participação em Lucros e Resultados (PLR) em contrato. Veja bem. Nós assumimos o SENGE em 1992. Até 1992, era uma diretoria ligada à CUT. Nós optamos por entrar no Sindicato, na época. Tínhamos o apoio da CSN. Entramos para colocar a nossa ideia de que deveria ocorrer a privatização e de que deveria haver a participação do Sindicato. Nós tínhamos que participar do processo. A gestão anterior era contra. – Darker Valério Pamplona.

Na edição de abril de 1993 do seu boletim SENGE-VR Informa¹⁹, o sindicato reafirma o seu compromisso com a privatização, conforme a vontade da sua categoria (segundo a publicação, 90% dos engenheiros da empresa foram favoráveis à venda) e reforça sua aposta no Independente Clube de Investimentos como forma de assegurar o compromisso da Companhia com os seus empregados²⁰. O boletim consegue pontuar algumas vantagens da “nova CSN”, incluindo a menor rotatividade nos cargos de direção da empresa; a maior flexibilidade na área comercial (compra e venda); maiores investimentos tecnológicos; a autonomia para aumentar os salários; o maior compromisso entre capital e trabalho e o fim do cabide de emprego, prática usual na empresa estatal. Por outro lado, dimensiona alguns riscos de fato sentidos pouco tempo depois, como as demissões (já que as outras cinco siderúrgicas estatais privatizadas estavam enfrentando esse mesmo problema); a canibalização (cita o caso da Cosinor²¹, comprada pelo Grupo Gerdau e depois desativada) e o menor compromisso social (cidades como Timóteo-Acesita²² e Vitória-CST²³ enfrentaram sérios problemas com as demissões colocadas em prática).

Por sua vez, o então presidente da Câmara dos Dirigentes Logistas (CDL-VR), Antonio Luzia Borges, afirmava que a apreensão e o medo

de um desemprego generalizado após a privatização já provocavam insegurança entre os mais de 24 mil empregados e aposentados da CSN e suas famílias, refletindo diretamente nas vendas do comércio. Citando números fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Borges apontava que, em 1993, às vésperas do leilão de privatização, ao menos 100 mil dos 220 mil habitantes do município estavam envolvidos com a siderúrgica (“O Globo”, 28 de março de 1993). Por outro lado, a matéria publicada pelo jornal O Estado de São Paulo (edição de 29 de março de 1993) falava em 16,6 mil funcionários responsáveis pela manutenção de igual número de famílias, resultando no número não menos preocupante de 66,4 mil pessoas diretamente dependentes de uma folha de pagamento anual de US\$ 142 milhões (Cr\$ 3,45 trilhões), não incluídos os encargos de US\$ 80 milhões (Cr\$ 1,9 trilhão), com o desemprego na cidade atingindo a quase 20 mil pessoas. Esse cenário perturbador, prestes a se configurar, aliado à repercussão negativa dos confrontos no interior da usina, motivou a Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Volta Redonda (ACIAP-VR)²⁴ a organizar três assembleias para discutir o estado falimentar da estatal e para analisar a “caótica situação da siderúrgica, calcular os prejuízos, questionar o poder do Sindicato dos Metalúrgicos e o clima bélico vivido pela cidade” (“Jornal do Brasil”, 07/05/1989). Com quase 25 mil funcionários e uma dívida de US\$ 2 bilhões, o futuro da Companhia (“A catástrofe se aproxima” – Olinto Lima, diretor da CBS)²⁵, seu domínio panorâmico e a dependência da cidade já preocupavam as autoridades locais (“A CSN é o nosso bem maior e nosso maior mal. É a mãe-madrasta de Volta Redonda” – Ronaldo Alves, então presidente do IPPU²⁶).

Os contornos drásticos da crise percebidos com a progressiva redução no número de empregados iniciada em 1990 começaram a suscitar, segundo alguns observadores, “uma nova relação conflituosa entre CSN, sociedade civil e prefeitura, que resultou no lançamento de alguns manifestos” (Santos, 2006, p. 65)²⁷, como o polêmico livro A Usina da Injustiça, lançado em 2005. Apesar da enorme chance de que o desemprego repercutisse em outros setores da economia

da cidade, muitos comerciantes se mantiveram otimistas quanto ao crescimento que a privatização poderia trazer para Volta Redonda e acreditavam na administração pela iniciativa privada como forma de se evitar que a empresa continuasse “a ser um cabide de empregos, contanto que seus compradores investissem na Companhia” (“O Estado de São Paulo”, 2 de abril de 1993).

Representando o empresariado local, a ACIAP-VR acreditava na capacidade da privatização em dinamizar a economia regional e no privilégio dado pela Companhia às pequenas e médias empresas locais com a criação de um cinturão de fornecedores. Fundada em março de 1955, essa é a maior associação comercial e industrial da região, contando com 351 empresas associadas, e o seu surgimento, bem como o da CDL-VR (enquanto entidades de representação de interesses de comerciantes e empresários) deveu-se em grande parte à própria estabilidade profissional e econômica dos trabalhadores da CSN, nas décadas de 1940 e 1950, conquistada, conforme Fontes & Lamarão (1986), graças ao estabelecimento de uma aliança de classes, a qual revestiu o pacto populista implementado pelo Estado brasileiro e fomentou um modelo de desenvolvimento que o impossibilitava de promover a acumulação²⁸ tanto por reforma fiscal frente o capital quanto pela compressão do salário real dos trabalhadores. A dificuldade em limitar os ganhos desses trabalhadores teria influenciado na caracterização da população de Volta Redonda, definida basicamente como “uma classe operária com razoável poder aquisitivo e beneficiada pelo baixo custo da moradia e de outros equipamentos urbanos – atraindo comerciantes e prestadores de serviço, ou seja, dinamizando o setor terciário” (Fontes & Lamarão, 1986. p.19). O curioso, portanto, é que essa dinamização da economia regional imaginada pela ACIAP-VR, caso realmente se concretizasse, se daria às custas do emprego de milhares de famílias de trabalhadores que durante décadas colaboraram com o incremento do poder econômico de empresários e comerciantes devido ao seu alto poder de compra, somente fragilizado a partir da transição para os anos 1980, quando impactado pela altíssima inflação.

Entretanto, não há ao certo uma unanimidade quanto ao posicionamento da ACIAP-VR, havendo registros de envolvimento de empresários ligados à entidade com os movimentos e articulações de resistência à privatização. Algumas notícias davam conta de uma preocupação entre os empresários, como está exposto numa edição do Boletim O Independente publicada pelo SENGE-VR em 21 de junho de 1991, reunindo depoimentos indignados de representantes do movimento popular-sindical da cidade contrários às demissões conduzidas naquele ano por Roberto Lima Netto. Através de uma nota com o título “desenvolvimento da região pode ser comprometido”, a publicação destacava um encontro ocorrido entre empresários, sindicalistas e políticos para discutir a reestruturação em curso na Companhia. Na reunião, foi lembrada a crise siderúrgica que se abateu sobre diversas cidades europeias, só equacionada com a participação de autoridades federais, estaduais e locais, além de trabalhadores e empresários a fim de minimizar o seu custo social. Os participantes do evento aproveitaram para acenar com a necessidade de realização, em Volta Redonda, de um simpósio com especialistas em política siderúrgica e em política industrial capazes de apontar alternativas para a reestruturação do setor, bem como pensar a sua integração dentro de um desenvolvimento industrial autônomo para a região. Todavia, a despeito de haver indícios de uma preocupação desse empresariado, pareceu vigorar dentro da entidade muito mais uma empatia com o processo provada quando o presidente da associação, Gileno Mendonça, afirmou que a “cidade depende da privatização para que a siderúrgica restabeleça o seu cordão umbilical com a sociedade e esse será o pontapé para a construção de mais um polo industrial para o estado do Rio de Janeiro” (Ferreira, 2005, p. 244).

Os dois sindicatos mais atuantes da cidade – o Sindicato dos Metalúrgicos e o Sindicato dos Engenheiros (SENGE-VR) – ainda tentaram sem sucesso angariar o apoio da ACIAP-VR, da CDL-VR, do Lions Club e do Rotary Club em uma reunião que contou com o deputado estadual Antônio Francisco Neto e com o ex-prefeito e deputado federal Marino Clinger (Ferreira, 2005, p.239). A proposta

era dimensionar os impactos das demissões sobre a qualidade de vida da população e programar debates e simpósios contra as demissões realizadas como parte da profunda reestruturação conduzida pelo presidente da Companhia, o engenheiro Roberto Procópio de Lima Netto (Idem). De acordo com Ferreira (2005), o sindicato pretendia fazer um levantamento das consequências da recessão e da política de privatização em curso sobre a região, mas teve sérias dificuldades de mobilizar os metalúrgicos. Citando dados da própria instituição e do IBGE publicados no *Jornal do Vale*, Ferreira afirma que “desde a chegada de Lima Netto, foram cerca de 6 mil demissões, 3.941 empregados da CSN e cerca de 2 mil trabalhadores de empreiteiras, representando cerca de 8% do total de chefes de família da cidade ou 6% da população economicamente ativa da cidade” (Ferreira, 2005, p. 239 e 240). O autor menciona ainda que “as demissões teriam atingido 12,4% do pessoal que trabalha em indústrias de transformação e 10,6% do pessoal empregado na construção civil e que, assim, Volta Redonda teria perdido, em pouco mais de um ano, 9% de toda a sua massa salarial, sendo Cr\$530 milhões mensais nas demissões da CSN e Cr\$50 milhões nas demissões nas empreiteiras” (Ferreira, 2005, p. 240).

Um polêmico episódio constitutivo desse momento e recordado por Pereira (2007) foi a elaboração pela diretoria comandada por Lima Netto de uma lista de “demissíveis”. Funcionários teriam recebido “cartinhas” avisando-lhes sobre as futuras demissões. Dando continuidade à política de enxugamento do quadro, a Companhia tinha como alvos bem definidos 2 mil funcionários da mina de carvão e lavador de Capivari²⁹, em Santa Catarina, 1,5 mil das firmas prestadoras de serviços e mais 1,4 mil da usina Presidente Vargas. O corte programado era inviabilizado pela carência de recursos para custear as demissões, com um custo aproximado de US\$ 50 milhões em indenizações, e por salários atrasados havia sete meses, que precisavam ser quitados no ato das demissões (Ferreira, 2005; Lima Netto, 1993). O uso das “cartinhas” foi a forma encontrada pela Companhia a fim de dar férias a esses funcionários até obter os recursos necessários para demiti-los. Como o Sindicato dos

Metalúrgicos, ainda presidido por Vagner Barcelos, reagiu e convocou uma paralisação para o dia 14 de maio de 1990, a diretoria recorreu à estratégia de “dividir a impopularidade da medida” (Pereira, 2007, p.177), compartilhando os custos das futuras demissões com a entidade, a qual se tornou responsável por rever aquelas que seriam injustas. Segundo Pereira (2007), o episódio das cartinhas foi o prelúdio de uma batalha anunciada entre Roberto Lima Netto e o líder sindical Vagner Barcelos, e nem o acampamento de 28 dias em frente ao Escritório Central realizado por sindicalistas e militantes de movimentos atrapalhou a concretização das demissões, inclusive dos licenciados, totalizando, somente no primeiro ano do programa, 4.100 dispensas (Pereira, 2007, p.177).

No momento da privatização, a empresa e a Fábrica de Estruturas Metálicas (FEM), sua subsidiária, contribuíam com 60% do IPTU arrecadado pelo município. A siderúrgica respondia ainda por 8% do ICMS do estado do Rio de Janeiro, sendo que 4,2% retornavam à Volta Redonda, correspondendo a 80% da sua receita, o que girava em torno de Cr\$ 70 bilhões por mês (aproximadamente R\$ 25.454,54 milhões) (O Globo - 28/03/1993).

UMA PROPOSTA PARA VOLTA REDONDA: A ESTADUALIZAÇÃO DA CSN
Com o panorama de desestatização já consolidado e agravado pela derrota da CUT nas eleições sindicais, coube ao prefeito Paulo Baltazar aderir à proposta do então governador do estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola (PDT), de atrasar ao máximo o processo e propor alternativas, como a de uma gestão pelos próprios trabalhadores, a “estadualização” da Companhia e a ampliação da participação acionária dos funcionários³⁰. Em particular, o projeto de “estadualização” havia sido encaminhado a Brizola pelo sociólogo Herbert de Souza sob a forma de um artigo³¹ escrito em março de 1992, no qual argumentava que a alternativa mais fecunda para a empresa e para Volta Redonda seria a recuperação do sentido social da CSN, transformando-a em empresa pública com a democratização do seu controle, da gestão, das estratégias industriais e das relações com o mercado e a sociedade. A empresa pública estadualizada seria

uma alternativa ao dilema privatização versus estatização colocado e uma forma de “unificar as diferentes tendências espremidas entre a resistência e a capitulação” (Souza, 1992, p.4). Antes de ser encaminhada ao governador, a proposta foi discutida e acordada por representantes do movimento sindical em reunião com Nilo Batista, então vice-governador. Porém, os presentes na reunião concordaram que essa era uma proposta que exigiria uma engenharia política de compra das ações da CSN, só se concretizando com uma mobilização política e financeira de diferentes atores fluminenses, entre eles o próprio governo estadual, os governos municipais, empresas públicas estaduais e municipais, trabalhadores e seus fundos de pensão, empresários que se solidarizassem com a estadualização e entidades representativas da sociedade civil. E na carta encaminhada a Brizola, Betinho atribui a responsabilidade pela sangria da CSN à venda de insumos pela Companhia a preços abaixo do mercado mundial ao setor privado, especialmente empresas automobilísticas e do setor de produção de alimentos, impedindo-a de se equipar e se preparar para os novos tempos de competitividade no mercado siderúrgico, a mesma explicação sugerida por Lima Netto (1993) e Mangabeira (1993).

A proposta a favor da participação dos agentes estaduais foi apresentada em março de 1993, em reunião com a ministra do planejamento, Yeda Crusius, o ministro das Minas e Energia, Paulino Cícero, o presidente da CSN, Sebastião Farias de Souza, o presidente da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização, André Franco Montoro Filho e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense, Luiz de Oliveira Rodrigues (Graciolli, 2007, p. 301 e 302). No entanto, após uma longa disputa envolvendo críticos e defensores, a Companhia finalmente foi vendida, em abril de 1993, sem a reavaliação sugerida por Sebastião Faria e por cerca de US\$ 1,68 bilhões de dólares, 95% do valor total pagos em “moeda podre”, isto é, títulos antigos da dívida pública emitidos pelo governo e possíveis de serem comprados por até 50% do seu valor (Biondi, 1998). Sob esse cálculo, conclui-se que ela foi vendida por US\$ 800 milhões, com apenas US\$ 40 milhões pagos

em moeda viva e tendo o governo jogado a favor, aumentando o preço do aço produzido pelas empresas que seriam privatizadas em até 300%, incorporando dívidas das estatais (no caso da CSN, em torno de R\$ 1 bilhão) sob a forma de transferência para o Tesouro de encargos que deveriam ser pagos pelos compradores e investindo em torno de R\$ 1,9 bilhão na modernização da Companhia antes de vendê-la.

O Collor, quando assumiu, deu uma ordem para deixar a CSN fechar. O prejuízo era muito alto, a cidade era muito resistente, politizada, e o movimento sindical muito forte. Na cabeça dele, aquele era o caminho. Não se tinha de onde tirar dinheiro para reestruturar a CSN. Era uma empresa que tinha mil complicações. Participei por dentro do processo. A CSN poderia ter outro destino se nós tivéssemos no conjunto uma visão mais progressista. Na hora da privatização, nós (os trabalhadores) compraríamos 20% e o Leonel Brizola (então governador do Rio de Janeiro) compraria 20% pelo Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ). Entraríamos com 40% e para chegar a 50% não era difícil. Então, a CSN poderia ter outro destino. Pensávamos numa empresa pública com a participação dos trabalhadores. – Luiz de Oliveira Rodrigues.

Em sua descrição do leilão de privatização, Moreira (2000) argumenta que o desejo do então governador de disputar a compra da Companhia contra os bancos privados afastou do processo alguns possíveis investidores e gerou um certo desinteresse dos grupos empresariais pelo leilão, fato agravado pela percepção negativa que guardavam da CSN. Por esse motivo, Lima Netto, mesmo afastado da Companhia, acabou tendo uma participação decisiva no leilão, primeiro por trabalhar convencendo e atraindo investidores, e depois por montar e coordenar o consórcio que adquiriu a maior parte das ações. Sob a operação da corretora Graphus, o conglomerado que incluía o Grupo Vicunha, a distribuidora de aço Emesa e a Docenave, empresa de navegação subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce, comprou 13,67 milhões de lotes de mil ações, equivalendo a aproximadamente 17% do capital da empresa, enquanto as corretoras Bradesco e Itaú adquiriram 6,04

milhões e 3,65 milhões de lotes respectivamente, ao passo que o Banco Bamerindus ficou com cerca de 2,81% das ações. Segundo matéria publicada pelo *Jornal do Brasil* (edição de 03/04/1993), todos esses grupos já estavam fechados com o grupo de Roberto Lima Netto para a venda das sobras das ações programada para o dia 5 do mesmo mês. A segunda etapa do leilão era uma condição caso o grupo vencedor não adquirisse pelo menos 55% das ações e no total haviam sido vendidos apenas 35,87 milhões de lotes pelo preço mínimo de Cr\$ 605,66 por mil ações, correspondentes a 45,5%, embora tivessem sido colocados à venda 51,21 milhões de lotes (65% do capital da CSN). Embora a CUT promettesse fazer uma expressiva manifestação com o apoio de partidos de oposição contrários à venda, o primeiro dia do leilão de pulverização das ações transcorreu com apenas uma pequena resistência por parte de sindicalistas. Visando impedir atos e agressões aos participantes do leilão, a Polícia Militar (PM) decidiu cercar todo o quarteirão da Bolsa com trezentos policiais e colocou de prontidão a sua tropa de choque. Contudo, a principal ameaça à realização do leilão não provinha da ação organizada entre movimento sindical e partidos políticos, mas das inúmeras ações judiciais pedindo a sua suspensão, três delas impetradas às vésperas da data programada pelo deputado federal Aldo Rebelo, líder do Partido Comunista do Brasil (PC do B), pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Volta Redonda e pela Prefeitura do município, esta última pedindo a revisão do edital de privatização (*"Jornal do Brasil"*, 02/04/1993).

O leilão da CSN começou às 17h30, três horas e trinta minutos após o horário previsto, em meio a um princípio de tumulto causado pela chegada à Bolsa de um oficial de Justiça que trazia uma liminar da 7ª Vara Federal suspendendo sua realização. O não acatamento da liminar gerou perplexidade e a expectativa de que o leilão fosse interrompido a qualquer momento. O pregão prosseguiu e às 17h57 o leiloeiro Danilo Ferreira declarou a venda interrompida por falta de compradores. Pouco antes, a porta blindada do pregão da Bolsa chegou a ser forçada por pessoas que queriam interromper o leilão. Houve diversos pequenos tumultos envolvendo os 350

manifestantes contra o leilão, segundo cálculo da PM, no momento de maior pico do protesto, contrários à venda da CSN. Às 17h45, quando começou a chover e o leilão da CSN estava no começo, os manifestantes eram 50. O carro de som durante toda a tarde alertava contra a “ação de infiltradores dispostos à baderna” (“Jornal do Brasil”, 03/04/1993).

No segundo leilão organizado, o mínimo de 55% foi alcançado exatamente com o aumento da participação do Grupo Vicunha e do Banco Bamerindus, empurrando os funcionários a uma participação mínima de 11,9% das ações. Na prática, entre os principais acionistas que adquiriram a CSN, estavam a Docenave (9,4%), o Bamerindus (9,1%), o Bradesco (7,7%), o Grupo Vicunha (9,2%) e o Clube de Investimentos (11,9%) com outros bancos (18,8%) e alguns fundos de pensão (2,7%) completando a lista de compradores. O Clube de Investimentos, que procurava transformar os empregados em acionistas, fracassou em grande parte das siderúrgicas privatizadas, como a Companhia Siderúrgica de Tubarão (onde a participação foi reduzida de 12,4% para 2,3%), a Acesita (de 10% para 0,5%) e a própria CSN. E na Companhia viu sua participação se reduzir de 12% para apenas 3%, com muitos empregados optando por vender suas cotas de ações para investir em pequenos negócios e em imóveis (Valor Econômico – 24/04/2002). Entretanto, meses depois da pulverização das ações, alguns veículos de comunicação se anteciparam a saudar o novo status galgado pelos operários, responsável por fulminar com as tradicionais relações capital/trabalho, tornando sócios da empresa quase 30 mil funcionários da ativa e aposentados agora detentores de 21% do capital através da Caixa Beneficente dos Empregados (CBS) e do Clube de Investimentos Oficial (Isto é – Cidades – 17/11/1993).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Nacional de Privatização (PND) empreendido pelo Estado brasileiro caracterizou o início dos anos 1990 e acelerou a desestruturação da malha de empresas estatais de grande e pequeno porte. Empresas emblemáticas que integraram a agenda

desenvolvimentista do país foram sucateadas e/ou privatizadas com o discurso segundo o qual a desestatização possibilitaria o imediato ganho de eficiência e de produtividade. De fato, como diversos depoimentos apontaram, a CSN, no final dos anos 1980, encontrava-se em condição falimentar e carecia de um projeto de reestruturação que impedisse o seu fechamento, o que seria um completo desastre para diversos setores da economia brasileira que dependiam de insumos por ela fabricados.

O saneamento da companhia foi conduzido pelo engenheiro Roberto Procópio de Lima Neto, que assumiu a presidência da empresa em 1990 com a tarefa de romper com uma rotina de dívidas e maus resultados a fim de prepara-la para a privatização a partir de uma perspectiva governamental de redefinição dos papéis de setores públicos e privados na produção de bens e serviços. Era quase consensual entre setores do governo a posição segundo a qual o Estado deveria se desobrigar da responsabilidade de agir fornecendo infraestrutura para o desenvolvimento e isso, naturalmente, passava pelo sucateamento das empresas siderúrgicas de sua propriedade, incluindo obviamente a CSN. O trabalho de Lima Netto, portanto, integrou a ampla agenda de reformas efetuada sob a marca do Programa Nacional de Desestatização (PND) inaugurado por Collor e executado de forma bastante vigorosa nos primeiros anos da década. Para implementar seus ajustes e conseguir lidar com a resistência de um movimento sindical fortalecido pelas inúmeras paralisações realizadas no correr dos anos 1980 e sempre respaldadas pelo movimento popular, o engenheiro conciliou ações de endurecimento frente a linha radical cutista dominante na entidade à elaboração de estratégias de corrosão da sua base através da cooptação de integrantes da própria diretoria e de convencimento dos funcionários a aderirem ao projeto de privatização participando do Clube de Investimentos Oficial.

Portanto, procurou-se retratar um caso de privatização no qual os ganhos de eficiência foram alcançados não às custas de um aprimoramento na gestão da empresa, mas pelo ônus dispensado aos seus trabalhadores (muitos deles demitidos) e à cidade de

Volta Redonda, que sofreu um forte impacto na sua economia em função das demissões. Tal opção, acima de tudo metodológica, visou analisar a privatização não a partir dos encaminhamentos dentro do Estado tomando por base um debate macroeconômico. Ao contrário, a intenção foi mostrar através dos depoimentos de diversos agentes (sindicalistas, engenheiros, gestores da empresa e gestores públicos locais, por exemplo) que a privatização da CSN repercutiu no aumento da tensão e dos conflitos dentro da arena de disputa ao nível local.

NOTAS

¹Para um detalhamento mais completo dos eventos que antecederam e sucederam a privatização da CSN, ver Lima (2010).

²O Ministério teve várias denominações entre 1988 e 1990. Até janeiro de 1989 permaneceu como a pasta da Indústria e do Comércio. O nome foi alterado para Ministério do Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia e, em março, para Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio. Cardoso Alves deixou o Ministério depois da posse de Collor, em 15 de março de 1990.

³Companhia Siderúrgica de Mogi das Cruzes (Cosin).

⁴Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi).

⁵Usina Siderúrgica da Bahia (Usiba).

⁶Paula, G.M. de (2002) “Cadeia Produtiva de Siderurgia”. Nota Técnica Setorial do Estudo de Competitividade por Cadeias Integradas: um esforço coordenado de criação de estratégias compartilhadas. Brasília, Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Instituto de Economia da UNICAMP.

⁷Paralisações de siderúrgicas são mais problemáticas porque operações de abafamento e desabafamento são demoradas, perigosas e prejudiciais ao alto-forno (Lima Netto, 1993, p.76).

⁸Daim, S. “Empresa Estatal e Política Econômica no Brasil” in Estado e Capitalismo no Brasil (Martins, E.C. editor). São Paulo, Hucitec, 1977.

⁹O modelo company-town caracterizou a formação de inúmeras

ras cidades industriais da Europa, dos Estados e da América Latina, no século XX. Objetivamente falando, configura-se a partir da subjugação do território (manifestado na política local, as instituições e a cultura da classe trabalhadora, por exemplo) ao poder de uma grande empresa (Lima, 2014).

¹⁰ Partido da Reconstrução Nacional.

¹¹ Em outro trabalho (Cardoso, 2000), o autor descreve a forma segundo a qual a política de substituição de importações agiu favorecendo o desenvolvimento do complexo automotivo brasileiro a partir da década de 1950. O Estado brasileiro criou várias condições para tornar interessante o investimento de empresas multinacionais, como a permissão e o apoio à importação de bens de capital pelas empresas; a isenção de tarifas de importação e de impostos na aquisição de máquinas e equipamentos; o incentivo à construção de uma rede de fornecimento de autopeças de caráter predominantemente nacional; e a implantação de uma política industrial de fechamento do mercado, dificultando a entrada de automóveis importados. Essa proteção foi desmontada pelo governo Collor com a abertura comercial e a liberdade de entrada de montadoras concorrentes no mercado nacional.

¹² A Virada do Rio – Texto & Arte Consultoria Editorial, 1996.

¹³ Velasco JR., L. (1997) “A Economia Política das Políticas Públicas: fatores que favoreceram as privatizações no período 1985/94”. Textos para Discussão, número 54. Rio de Janeiro: DEPEC/BNDES.

¹⁴ O desempenho da empresa em 2000 lhe rendeu o prêmio de empresa do ano na 28ª edição da premiação “Melhores e Maiores” da Revista Exame (“O Globo”, 05/07/2001).

¹⁵ O Globo – Edições de 28/03/1993, 19/03/1998, 10/03/1999, 06/04/2003 e 11/03/2004.

¹⁶ A Caixa Beneficente dos Empregados (CBS) é o fundo de pensão da CSN.

¹⁷ A greve de novembro de 1988 foi motivada pela defasagem salarial de 26,06% e moveu-se por quatro pontos-chaves exigidos pelos operários: a pressão pela reposição dessas perdas, agravada pela

decisão das outras siderúrgicas em conceder o reajuste²⁸; um aumento real de 17,68% sobre a Unidade Referencial de Preços; a implantação do turno de seis horas; e a readmissão, conforme a nova Constituição, dos que haviam sido demitidos nas greves e paralisações que ocorreram desde 1984 (Costa et al., 2001, p.154). A greve foi violentamente reprimida pelos militares do Exército e resultou no assassinato de três operários dentro da usina, convertendo-se assim em um marco na história da luta sindical de Volta Redonda (Graciolli, 2007).

¹⁸As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tiveram atuação decisiva na formação política de militantes de movimentos sociais e sindicais em Volta Redonda e diversas outras cidades brasileiras, sobretudo nos anos 70 e 80. Para uma análise mais detalhada da presença e atuação das CEBs em Volta Redonda, ver Soares (2001).

¹⁹SENTE-VR – Informa – A Nova CSN – As vantagens e os riscos de uma empresa privada – Ano I – número 14 – 08/04/1993.

²⁰Graciolli (2007) problematiza a discussão sobre a participação dos engenheiros no leilão de privatização. Segundo ele, o Independente foi criado pela diretoria cutista de Edivaldo Corrêa de Assis em fim de mandato e não pela nova diretoria não cutista eleita em 1992. Segundo o autor, a posição do novo grupo dirigente ao assumir o sindicato, em 17 de novembro, era a favor da participação dos engenheiros no Clube de Investimentos Oficial, junto com os outros trabalhadores e com a CBS. Isso não impediu o Independente de prosseguir, concorrendo com o Oficial no leilão, sendo, contudo, sufocado pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos.

²¹ Companhia Siderúrgica do Nordeste (Cosinor).

²² Aços Especiais Itabira (Acesita).

²³ Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST).

²⁴ (Fonte: <http://www.aciapvr.com.br/>).

²⁵ Jornal do Brasil - 07/05/1989.

²⁶ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPU), órgão criado no final da década de 1970 e responsável por todo o planejamento da cidade de Volta Redonda. Para uma crítica acerca dos propósitos e resultados do IPPU, ver Lima (2014).

²⁷ Tiezzi, R. *A Usina da Injustiça – como um homem só está destruindo uma cidade inteira* (2005).

²⁸ “Um padrão de acumulação fundado na prévia expansão do setor produtor de bens de produção, que poderia fundar as bases para uma expansão industrial mais equilibrada entre o produtor de bens de produção, o produtor de bens de consumo não duráveis e o produtor de bens de consumo duráveis” (Fontes & Lamarão, 1986, p.19).

²⁹ Antigo bairro agrícola de Tubarão (estado de Santa Catarina), Capivari desenvolveu-se em 1942 com a instalação da unidade de lavação de carvão da CSN, o Lavador de Capivari S.A. Cresceu sob os mesmos moldes de Volta Redonda com um forte envolvimento da Companhia com a comunidade. Esta passou a desfrutar do fornecimento de água, serviços de esgoto, creches, apoio a cooperativas, serviços médicos, escolas e clubes recreativos. O Lavador recebia o carvão bruto das minas e produzia carvão metalúrgico através do sistema de flotagem. O periódico “Volta Redonda – Esperança do Brasil”, de 1952, menciona que o carvão utilizado na coqueria (uma das quatro unidades essenciais da usina Presidente Vargas, ao lado do alto-forno, da aciaria e da laminação) provinha em parte dos Estados Unidos e em parte de Santa Catarina. Como o carvão nacional é impuro, com grande quantidade de cinza e enxofre, ele precisava ser lavado em Santa Catarina e, ao chegar à usina, era misturado com uma certa quantidade de carvão norte-americano. Na década de 1960, a fim de aproveitar os rejeitos do Lavador, foi instalada uma usina termelétrica, a Sociedade Termelétrica de Capivari (Sotelca), renomeada como Eletrosul, em 1971. A desregulamentação das importações pelo governo Collor, em 1990, favoreceu a importação de carvão, diminuiu a importância do carvão nacional e levou ao seu fechamento pela CSN. Em 1992, emancipou-se de Tubarão, dando origem ao município de Capivari de Baixo (Fonte: Capivari de Baixo – 15 anos de Emancipação Política – Jornal Diário do Sul – Sem data).

³⁰ O atual presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense, Renato Soares, em entrevista realizada em 2009, de-

fendeu a criação de uma espécie de conselho gestor composto por representantes dos sindicatos, do poder executivo, do legislativo, das associações de moradores etc., com um percentual de 15% das ações obrigatoriamente revertidos para investimentos na cidade.

³¹ Uma proposta para Volta Redonda, março de 1992, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).

BIBLIOGRAFIA:

- ABRÚCIO, F. L. e SOARES, M. M. (2001), *Redes Federativas no Brasil: cooperação intermunicipal no Grande ABC*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer.
- BEDÊ, W. A. (2004), *Volta Redonda na Era Vargas (1941-1964)*. Volta Redonda, SMC/PMVR.
- IONDI, A. (1999), *O Brasil Privatizado*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- CARDOSO, A.M. (2003), *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo, Boitempo.
- CARDOSO, A.M. (2000), *Trabalhar, Verbo Transitivo*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- COSTA, A.C. da. (1978), *Volta Redonda ontem e hoje*. Volta Redonda, Lux.
- COSTA, A.C. da. (2004), *Volta Redonda ontem e hoje*. Edição comemorativa – 50 anos. Volta Redonda, [CD-ROM].
- COSTA, C.M.L., PANDOLFI, D. e SERBIN, K. (orgs.). (2001), *O Bispo de Volta Redonda: memórias de Dom Waldyr Calheiros*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- CUNHA, L.B. (2001), “Região do Médio Vale do Paraíba, uma categoria para ser afirmada. Rio de Janeiro”, *Boletim da Economia Fluminense*, Fundação CIDE Ano 2, n.5.
- DANIEL, C. A (1999), “Gestão Local no Limiar do Novo Milênio”. in Magalhães, I., Barreto, L. e Trevas, V. (orgs.) *Governo e Cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- FERREIRA, D. Q. G. (2005) *Privatização da CSN: resistência e adaptação do Sindicato dos Metalúrgicos sob a perspectiva da*

- dependência de recursos. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (COP-PEAD), Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FONTES, A. M. M. e LAMARÃO, S. T. de N. (1986), “Volta Redonda: história de uma cidade ou de uma usina?”, *Revista Rio de Janeiro, Niterói*, Vol. 1, n.4. 15-23.
- GRACIOLLI, E. J. (1997), *Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve de 1988*. Uberlândia, Editora da Universidade Federal de Uberlândia.
- GRACIOLLI, E. J. (2007), *Privatização da CSN: da luta de classes à parceria*. São Paulo, Expressão Popular.
- HIRST, P. e THOMPSON, G. (2001), *Globalização em Questão*. Petrópolis, Vozes.
- LANNES, J. S. (2001), *A Influência do Discurso Jornalístico no Processo de Privatização da CSN – Estudo de Caso do Jornal Diário do Vale do Município de Volta Redonda (RJ)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro.
- LEITE, M. (2003), *Trabalho e Sociedade em Transformação: mudanças produtivas e atores sociais*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- LIMA, R. J. da C. A “Reinvenção” de uma Cidade Industrial: Volta Redonda e o pós-privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). (2010), Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- , “CSN e Volta Redonda: uma relação histórica de dependência e controle”. (2014). *Florianópolis, Política & Sociedade (Impresso)*, v. 12, p. 41-64.
- LIMA NETTO, R. P. de. (1993), *A Volta por cima: a história da salvação da CSN – Companhia Siderúrgica Nacional, símbolo da industrialização brasileira*. Rio de Janeiro, Record.
- MANGABEIRA, W. (1993), *Dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, ANPOCS.

- MANGABEIRA, W. e MOREL, R.L. de M. (1992), “Resistência fabril, movimento sindical e uso da justiça do trabalho: um estudo comparativo com trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional”. in XVI Reunião da ANPOCS, GT: Sindicalismo e Movimento Operário, Caxambu.
- MINAYO, M. C. de S. (2004), *De Ferro e Flexíveis – Marcas do Estado empresário e da privatização na subjetividade operária*. Rio de Janeiro, Garamond.
- MONTEIRO, G. T. M. (1995), *Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda: 50 anos brasileiros*. Rio de Janeiro, FSB Comunicações.
- MOREIRA, R. da L. (2000), *CSN – um sonho feito de aço e ousadia*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas.
- MOREL, R.L. de M. (1989), *A ferro e fogo: construção e crise da “família siderúrgica”: o caso de Volta Redonda (1941-1968)*. São Paulo, SP. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.
- MOREL, R.L. de M. (1995), “História incorporada e identidade coletiva entre trabalhadores aposentados da Companhia Siderúrgica Nacional”. In Abreu, A.R.P. e Pessanha, E.G.F. (orgs.) *O trabalhador carioca: estudos sobre trabalhadores urbanos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, JC Editora.
- PAULA, G.M. de (2002), “Cadeia Produtiva de Siderurgia”. Nota Técnica Setorial do Estudo de Competitividade por Cadeias Integradas: um esforço coordenado de criação de estratégias compartilhadas. Brasília, Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Instituto de Economia da UNICAMP.
- PEREIRA, S.E.M. (2007), *Sindicalismo e privatização: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/IFCS/UFRJ). Rio de Janeiro.
- PESSANHA, E.G.F. e MOREL, R.L.M. (1991), “Gerações operá-

- rias: rupturas e continuidade na experiência de metalúrgicos no Rio de Janeiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, 6(17):68-83.
- PINHO, M. e SILVEIRA, A. L. (1998), “Os Efeitos da Privatização sobre a Estrutura Industrial da Siderurgia Brasileira”. *Economia e Sociedade*. Número 10: IE UNICAMP.
- SANTOS, R.S.P. dos (2006), *A construção social da região: desenvolvimento regional & mobilização sócio-política no Sul Fluminense*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/IFCS/UFRJ). Rio de Janeiro.
- SOARES, P. C. (2001), *CEB's: a construção de uma nova maneira de ser Igreja – o nascimento e organização das comunidades eclesiais de base em Volta Redonda (1967-1979)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em História da Universidade Severino Sombra. Vassouras.
- SOUZA, C.V.C. (1992), *Pelo espaço da cidade: aspectos da vida e do conflito urbano em Volta Redonda*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- SOUZA, H. (1992), “Uma Proposta para Volta Redonda”. Texto sobre a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).
- TIEZZI, R. (2005), *A usina da injustiça: como um homem só está destruindo uma cidade inteira*. São Paulo, Geração Editorial.
- VEIGA, S.M.; FONSECA, I. (1990), *Volta Redonda, entre o aço e as armas*. Petrópolis, Vozes.
- VELASCO JR., L. (1997) “A Economia Política das Políticas Públicas: fatores que favoreceram as privatizações no período 1985/94”. *Textos para Discussão*, número 54. Rio de Janeiro: DEPEC/BNDES.

FONTES:

Diário do Sul (sem data)

Diário do Vale (Edições de 1992 a 2008)

O Estado de São Paulo (1990 e 1993)

O Globo (Edições de 1983 a 2007)

Jornal do Brasil (Edições de 1974 a 2001)

Revista Exame (2008 e 2010)

SENGE-VR – O Peso da Realidade (1997)

SENGE-VR Informa (2000)

Valor Econômico

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) –
Com a palavra, Betinho – O novo está nas ruas, 29 de agosto
de 1992.

ENTREVISTAS:

Darker Valério Pamplona – Diretor de imprensa do SENGE-VR.
– 23/05/09.

Luiz de Oliveira Rodrigues – Ex-presidente do Sindicato dos Meta-
lúrgicos do Sul Fluminense (1992 – 1995). – 15/04/09

Paulo César Baltazar da Nóbrega – Ex-prefeito de Volta Redonda
(1993-1997). – 12/08/08 e dezembro de 2000 (Por Joaquim
Sucena Lannes).

Vagner Barcelos de Souza – Ex-presidente do Sindicato dos Meta-
lúrgicos do Sul Fluminense. – 10/04/08

FECHA DE RECEPCIÓN DEL ARTÍCULO: 20 de julio de 2016

FECHA DE ACEPTACIÓN: 30 de septiembre de 2016